

**ESCOLA, EPIDEMIAS VIRAIS E O SISTEMA DO CAPITAL**Talvanes Eugênio Maceno<sup>1</sup>Luiz Felipe Barros Silva<sup>2</sup>**Resumo**

O presente artigo analisa a relação entre as epidemias virais sob o capitalismo, especialmente a atual pandemia de coronavírus, e a educação escolar. Para isso, investigamos a gênese das pandemias virais e evidenciamos como elas constituem uma decorrência direta da lógica reprodutiva do capital. Apontamos que elas poderiam ser evitadas, pois os riscos de suas ocorrências já são há muito tempo conhecidos. Também nos debruçamos sobre a função social da educação e da escola na reprodução da sociedade do capital, mostrando como a escola constitui uma esfera fundamental da reprodução social do capitalismo, ao tempo que também exerce um papel importante como área de exploração mercadológica. Demonstramos que a atual pandemia não altera, de forma substancial, a função social que a escola realiza sob o capital, e tampouco o caráter mercadológico que ela possui. Concluimos que, dada a natureza do capital, outras crises epidemiológicas serão socialmente produzidas e que, ante as necessidades reprodutivas do capital, a escola continuará em atividade, ainda que isso implique graves riscos à saúde.

**Palavras-chave:** Pandemia Viral. Escola. Sistema do capital.

**SCHOOL, VIRAL EPIDEMICS AND THE THE CAPITAL SYSTEM****Abstract**

This article analyses the relation between viral epidemics under capitalism, especially the current coronavirus pandemic, and school education. In order to do that, we have researched into the genesis of viral pandemics and highlighted how they are a direct result of the reproductive logic of capital. We have pointed out that they could have been avoided, as the risks of their occurrences have been known for a long time. We have also looked into the social function of education and the school in the reproduction of the capitalist society, showing how the school composes a fundamental part of the capitalism's social reproduction, while also playing an important role as an market exploitation's area. We demonstrate that the current pandemic does not substantially change the social function that the school performs under the capital, nor the marketing character that it has. In conclusion, because of the nature of the capital, others epidemiological crises are going to be socially produced, answering the capital's reproductive needs, and the school is going to continue working, even if it means serious health risks.

**Keywords:** Viral Pandemic. School. Capital System.

---

<sup>1</sup> Doutor em educação pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Professor da Universidade Federal de Alagoas. (UFAL). E-mail: talvaneseugenio@gmail.com

<sup>2</sup> Mestre em Serviço Social – UFAL e doutorando em Serviço Social – UFAL

## ESCUELA, EPIDEMIAS VIRALES Y EL SISTEMA DEL CAPITAL

### Resumen

El presente artículo analiza la relación entre las pandemias virales en el capitalismo (especialmente la actual pandemia del coronavirus SARCov-2) y la educación escolar. Para este fin, investigamos la génesis de las pandemias virales y evidenciamos cómo estas constituyen una derivación directa de la lógica reproductiva del capital. Señalamos que las pandemias podrían ser evitadas, pues hace mucho tiempo se conocen los riesgos que las originan. También nos detenemos sobre la función social de la educación y de la escuela en la reproducción de la sociedad del capital mostrando que la escuela constituye una esfera fundamental de la reproducción social del capitalismo, al mismo tiempo que ejerce un papel importante como área de explotación mercadológica. Demostramos que la actual pandemia no altera, de manera sustancial, la función social que la escuela realiza bajo el capital y tampoco el carácter mercadológico que la misma posee. Concluimos que dada la naturaleza del capital, otras crisis epidemiológicas serán socialmente producidas y que frente a las necesidades reproductivas del capital, la escuela continuará en actividad aunque esto conlleve grandes riesgos para la salud.

**Palabras clave:** Pandemia viral. Escuela. Sistema del Capital.

### Introdução

A escola é o ambiente perfeito para a propagação de um vírus que infecta humanos pelas vias respiratórias e que se aproveita da intensa aglomeração por longo tempo e em ambientes restritos. A descoberta recente de que as crianças infectadas com coronavírus possuem uma carga viral maior que um adulto médio apenas amplia as preocupações com a reabertura das escolas em meio a uma pandemia que já tirou a vida de quase 1 milhão de pessoas no mundo em menos de um ano de espraiamento.

Contudo, a educação mercantilizada encontrou seus meios de não só continuar explorando a força de trabalho dos professores durante a quarentena instituída, na modalidade a distância, como também, em muitos casos, viu nesta forma uma chance de ampliar a valorização e a produção da mais-valia retirada neste processo, na medida em que reduziu os custos com infraestrutura e baixou os salários dos trabalhadores da educação. Sob a tutela do Estado, o mercado educacional realiza uma reestruturação de longo prazo para a diminuição dos custos com a força de trabalho dos professores. Uma dessas estratégias é a possibilidade de replicar as horas-aulas gravadas por vídeo, como já ocorria nas modalidades EAD (educação a distância).

No funcionamento da educação/escola na modalidade a distância, a pandemia do novo coronavírus escancarou de diversas formas a relação entre as demandas da reprodução ampliada

do capital e a necessidade da educação especificamente capitalista, evidenciando as leis imanentes daquelas em detrimento da saúde dos professores e estudantes. Assim também o faz com a inescrupulosa intenção de reabertura precoce das escolas. O caráter da educação sob a forma da escola, ou seja, submetida ao sistema do capital, nunca se fez tão claro, como buscamos demonstrar neste texto.

### **Vírus e pandemias na crise estrutural do capital**

O sistema do capital é o mais eficiente modo de produção no desenvolvimento das forças produtivas. Nesse sentido, realiza um enorme papel civilizatório ao elevar o patamar de integração genérica da humanidade e, ao mesmo tempo, realizar um surpreendente afastamento das barreiras naturais, fato reconhecido por Marx ainda no século XIX, quando apenas emergia este sistema sociometabólico. Entretanto, essa elevação civilizatória foi promovida à custa de um altíssimo prejuízo humano-social e ambiental. Tal caráter “positivo” do desenvolvimento do capital ocorre como uma **decorrência** necessária da realização de sua lógica interna e não porque ele tenha como finalidade a realização humano-genérica. Enquanto coincide a *produção genuína*, ou seja, o atendimento das necessidades humanas reais, com a autorreprodução ampliada do capital, o sistema do capital pode cumprir um “papel civilizador”.

Assim, de acordo com Marx (2011):

Aqui se manifestam particularmente os efeitos civilizatórios do capital. O capital enquanto tal – suposta sua existência posta no volume necessário – construirá estradas somente quando a construção de estradas tornar-se necessidade para os produtores, em especial para o próprio capital produtivo; uma condição para a *produção de lucro* do capitalista. Assim a estrada é rentável. (MARX, 2011, p. 438. Grifos *itálicos* do autor.).

Esse exemplo tomado emprestado de Marx ilustra bem como o desenvolvimento das forças produtivas subsume-se às necessidades do capital. Submetidas à lógica do capital, não apenas as **autênticas** necessidades humanas são amesquinhasadas ante a “vontade” da sua autorreprodução, como o intercâmbio orgânico sociedade-natureza assume uma forma cujo eixo não é uma relação sustentável entre essas duas esferas do ser. Daí por que o sistema do capital degrada em elevado grau o sujeito desse intercâmbio, bem como o objeto dele, isto é, o mundo natural.

Evidentemente, todos os modos de produção se constituem como formas particulares de intercâmbio sociedade-natureza e, por isso mesmo, inevitavelmente provocam algum tipo

de destruição ambiental. No entanto, o baixo grau de desenvolvimento das forças produtivas e o caráter não tão eminentemente mercadológico dos modos de produção anteriores ao sistema do capital não faziam da destruição do mundo natural um problema universal, como o que claramente ocorre hoje em dia.

Com o sistema do capital, tem-se uma dissociação entre produção e controle, ou seja, o produtor direto (o trabalho) perde o controle sobre os meios de produção e sobre o processo produtivo ao vender sua força de trabalho. Esta relação social, caracterizada pela venda e compra da força de trabalho, é a gênese do capital. Com o desenvolvimento do mercado mundial e o processo de universalização do capital enquanto sistema global, o trabalho alienado torna-se a forma predominante de relação produtiva.

A partir desse momento, a produção segue uma lógica reprodutiva na qual nem o trabalho tem controle sobre o processo produtivo, nem, muito menos, o capitalista. O trabalhador, personificação do trabalho, sem deixar de ser o real sujeito do processo, torna-se objeto do capital. Por sua vez, a personificação do capital, os capitalistas, aparece como pseudossujeito, pois apesar de sua ação no gerenciamento do capital, seu papel só pode ser ativo a fim de servir aos desígnios acumulativos do sistema.

Nessa perspectiva, o capital assume a forma de um sistema de controle sociometabólico **sem sujeito** (MESZÁROS, 2002, p. 125), cujas características essenciais são:

*A mais elevada extração praticável do trabalho excedente por um poder de controle separado, em um processo de trabalho conduzido com base na subordinação estrutural hierárquica do trabalho aos imperativos materiais de produção orientada para a acumulação – “valor sustentando-se a si mesmo” (Marx) – e para a contínua reprodução ampliada da riqueza acumulada. (MÉSZÁROS, 2002, p. 781. Grifos itálicos do autor).*

Contudo, mesmo sob essa lógica interna irrefreável e incontrolável, o capital pôde, como efeito colateral inevitável, contrabalancear o seu caráter destrutivo pelo desenvolvimento “civilizatório” que o acompanhava. De acordo com Mészáros, a partir da sua **crise estrutural**, iniciada nos anos 70 do século passado, a intensidade destrutiva do capital não encontra mais nenhuma justificativa histórica possível.

Ainda segundo Mészáros (2002):

*Em agudo contraste com a articulação socialmente produtiva do capital da época de Marx, o capitalismo contemporâneo atingiu um estágio em que a *disjunção radical* entre produção genuína e autorreprodução do capital não é mais uma remota possibilidade, mas uma realidade cruel com as mais devastadoras implicações para o futuro. Ou seja, as barreiras para a produção capitalista são, hoje, suplantadas pelo próprio capital de forma que asseguram inevitavelmente sua própria reprodução – em extensão já grande e em constante crescimento – como *autorreprodução destrutiva*, em oposição antagônica à *produção genuína*. (Mészáros, 2002, p. 699. Grifos itálicos do autor).*

Essa lógica autorreferente e incontrolável do sistema compõe a essência imutável do capital. Melhor dizendo, desde o momento em que o capital se impõe como sistema global, ele subordina à sua essência as necessidades humanas, inclusive a que se refere a um intercâmbio sustentável sociedade-natureza. Contraditoriamente, quanto mais ele desenvolveu as forças produtivas e abriu possibilidades objetivas para a construção de um gênero humano autêntico, mais impediu o pleno desenvolvimento dessas potencialidades. Isso assinala mais um aspecto tenebroso desse sistema: a produção da miséria material e humana em meio à abundância de potencialidades materialmente fundadas. O que acontece sob as circunstâncias da crise estrutural é que a natureza do capital (sempre presente) apresenta-se ainda mais irrefreável e destrutiva, colocando na quadra história, no dizer de Mészáros, a aterradora “sombra da destrutividade”.

Em articulação com a destruição humana, melhor dizendo, com a transformação de contingentes humanos imensos da população mundial em “força de trabalho supérflua”, assistimos, como outra face horrenda da mesma moeda, à destruição das condições naturais necessárias à vida humana no planeta. É apenas sob a ótica desse conjunto de questões que ora levantamos que se pode entender a atual crise epidêmica que vivenciamos e a correlação dela com o processo educativo.

As explicações predominantes presentes nas mídias informativas e no senso comum sobre a natureza da pandemia do coronavírus apresentam-na como uma decorrência natural de uma tragédia ambiental, uma casualidade evolutiva interna ao próprio vírus. Ele teria, assim, um conteúdo de inevitabilidade e acaso semelhante a uma tempestade ou a uma estiagem<sup>3</sup>; dessa maneira, a responsabilidade social sobre o fenômeno é anulada, pois sua ocorrência estaria fora de qualquer origem e previsibilidade humano-social. Como demonstraremos, não apenas a atual pandemia decorre da lógica do capital, mas também as epidemias virais anteriores. Elas não são apenas previsíveis, mas socialmente produzidas.

Embora a origem do capital remonte à Antiguidade, quando existia de forma absolutamente marginal e residual, e a transição do feudalismo para o capitalismo se inicie na chamada Baixa Idade Média, é apenas no século XIX, com a industrialização, que podemos falar em modo de produção do capital no sentido mais estrito do termo. O processo de industrialização inaugura a fase madura do sistema capitalista, abrindo as portas para o

---

<sup>3</sup> O próprio caráter de casualidade e previsibilidade desses fenômenos pode ser bastante questionável diante dos efeitos da destrutividade do mundo natural sob o capital.

aparecimento do capital monopolista com o processo de financeirização e a emergência do imperialismo. De modo geral, na segunda metade do século XIX tem-se uma expansão capitalista sem precedentes, que ocorre tanto no meio urbano, aproveitando-se dos baixos salários decorrentes das aglomerações de força de trabalho “livre” nas grandes cidades, quanto no meio rural, com o maquinário para ampliar a capacidade e a produtividade de alimentos. Deste momento em diante há uma associação entre capital financeiro, técnicas industriais e “inovação” científica, especialmente no campo da química, para a produção agrícola e a pecuária. Esta nova configuração amplia ainda mais a produção em larga escala, reconfigurando a organização espacial planetária.

Como já sinalizamos ao apontar a subordinação das necessidades humanas às necessidades da realização lucrativa do capital, essa “revolução” agropecuária não se dirige para um melhor equilíbrio na troca orgânica sociedade-natureza, nem muito menos visa atender às demandas alimentares genuínas da humanidade. A intensificação produtiva proporcionada por essa revolução técnica é contraditória: aumenta a produtividade do trabalho humano e eleva a quantidade de mercadorias alimentares disponíveis no mundo, ao tempo que gera fome, desemprego, destruição ambiental, problemas de saúde decorrentes dos pesticidas utilizados e do ultraprocesso dos alimentos, e surgimento de vírus e epidemias deles consequentes. Percebe-se claramente aí como a irracionalidade é a marca da “racionalidade” do sistema do capital.

Por isso, uma relação mais “harmônica”, menos perigosa e menos destrutiva para com o mundo natural e para com os homens não é um problema de racionalização ou consciência. Tanto no sentido de que as consequências danosas da forma como a produção capitalista se relaciona com o mundo natural são amplamente e cientificamente conhecidas, como, sobretudo, que nenhuma conscientização e nenhum apelo à razão são capazes de limitar o caráter destrutivo da lógica predadora capitalista. Um exemplo significativo do que afirmamos é o fato de que desde o primeiro grande marco de acordos transnacionais de “controle” sobre a destruição natural do planeta (Conferência de Estocolmo, de 1972), não apenas o conhecimento científico sobre a questão ambiental se ampliou, como as campanhas de conscientização aumentaram substancialmente. De lá para cá, diversas outras conferências foram realizadas, muitos protocolos foram assinados e um número infindável de movimentos ecológico-ambientalistas foi criado.

Com tudo isso, era de se esperar que houvesse uma redução da destruição do planeta nesses quase cinquenta anos. Porém o que se verifica é justamente o oposto: a ampliação da

destruição em meio à abundância e ao desperdício “produtivo” do capital. No sistema do capital, produção e perda de controle, e produção e destruição são binômios inseparáveis, como aponta Mészáros (2002),

Não pode separar “avanço” de *destruição*, nem “progresso” de *desperdício* – ainda que as resultantes sejam catastróficas. Quanto mais o sistema destrava os poderes da produtividade, mais ele libera os poderes da destruição; e quanto mais dilata o volume da produção, tanto mais tem de sepultar tudo sob montanhas de lixo asfixiantes. (MÉSZÁROS, 2002, p. 1010. Grifos *itálicos* do autor).

Particularmente no que se refere às epidemias virais decorrentes da lógica reprodutiva do capital, é reconhecida e apontada há muito tempo pela ciência a relação existente entre elas e a expansão agropecuária capitalista. Já nos anos trinta do século passado, Richard Shope e Paul Lewis aprofundaram uma investigação iniciada por J. S. Koen que apontava a correlação presente entre a pandemia de *influenza* de 1918, preconceituosamente chamada de gripe espanhola, e a *influenza* suína que havia contaminado milhões de porcos da produção “industrial-pecuária”. Há cerca de quarenta anos, em 1982, Kennedy Shortridge, um dos mais renomados microbiologistas do mundo, demonstrou cientificamente que os riscos iminentes de uma nova pandemia mundial e suas causas decorriam diretamente do contexto ecossistêmico produzido pelos homens. Shortridge identificou 46 subtipos do vírus *influenza* em apenas uma das indústrias de aves chinesas. Todos os subtipos apresentavam potencialidades de contaminação em humanos (WALLACE, 2016).

Essa produção “industrial” em massa de mercadorias animais, com “melhorias” genéticas, alimentação ultraprocessada e confinamento superconcentrado, sem respeitar as variabilidades genéticas da espécie e o desenvolvimento autônomo de cada indivíduo animal, impossibilita o autodesenvolvimento de resposta autoimune às intercorrências do processo de interação das espécies com o mundo à sua volta, criando assim tanto as condições nas quais os vírus com potencial epidêmico sobre os humanos sejam criados, quanto contextos bioculturais em que eles são praticamente cultivados, na medida em que se amplia astronomicamente a produção com as mesmas características, mesmo depois de conhecidos os seus efeitos destrutivos.

Some-se a isso o fato de que essa superprodução agropecuária ocorre ampliando as áreas de operação sobre florestas e outros biomas nativos, até então restritos a pouco ou nenhum contato humano. Também a expansão das áreas exploradas se processa aproximando essa produção “fabril” de áreas urbanas densamente povoadas.

É nesse cenário que temos as seguintes intercorrências apontadas por Shortridge já na década de 1980, no caso da *influenza*: diversidade de cepas de *influenza* em circulação livre e simultânea em diversos animais ao mesmo tempo e presença perene da *influenza*, mesmo nos períodos intersazonal e interepidêmico sobrevivendo por transmissão fecal-oral. Exatamente por essas condições é que Shortridge previu, com dois anos de antecedência, a primeira pandemia viral do capital em crise estrutural, a chamada gripe aviária (do vírus H5N1), ocorrida a partir de Hong Kong, em 1997 (WALLACE, 2016, l. 335, 343, 349; 1.070, 1.078).

Wallace *et al.* (2020) sintetizam tais características mais propícias para o desenvolvimento de epidemias virais decorrentes dos contextos bioculturais produzidos e demandados pelo capitalismo em sua crise atual:

A totalidade da linha de produção capitalista é organizada em torno de práticas que aceleram a evolução da virulência patogênica e sua subsequente transmissão. As monoculturas genéticas crescentes – animais de corte e plantas com genomas quase idênticos – removem os mecanismos “corta-incêndio” de imunidade que, na existência de populações de animais e vegetais mais diversas, retardariam a transmissão. Patógenos agora podem evoluir rapidamente em torno dos padrões comuns de genótipos de imunidade dos hospedeiros. Enquanto isso, condições de aglomeração deprimem a resposta imune dos indivíduos. Populações e densidades maiores de animais de fazenda facilitam uma maior transmissão e infecção recorrente. O alto rendimento – parte de qualquer produção industrial – fornece um suprimento continuamente renovável de casos suscetíveis em celeiros, fazendas e em escala regional, removendo o limite da evolução da mortalidade por patógenos. Alojamento de muitos animais juntos recompensa aquelas linhagens que podem se propagar melhor através deles. A redução da idade de abate – para seis semanas em galinhas – provavelmente seleciona patógenos capazes de sobreviver a sistemas imunológicos mais robustos. O aumento da extensão geográfica do comércio e exportação de animais vivos aumentou a diversidade de segmentos genômicos que seus patógenos associados trocam, aumentando a taxa com que agentes de doenças exploram as suas possibilidades evolutivas. (WALLACE *et al.*, 2020).

De acordo com os autores supracitados, não há dúvidas da relação entre a expansão da produção capitalista e o desenvolvimento de vírus com potencial epidêmico. Em suas palavras:

Nossa teoria geral do surgimento neoliberal de doenças, incluindo, sim, a China, combina: circuitos globais de capital; implantação do referido capital destruindo a complexidade ambiental regional que mantém o crescimento da população de patógenos virulentos sob controle; os aumentos resultantes nas taxas e na amplitude taxonômica dos eventos de transbordamento; os crescentes circuitos periurbanos de mercadorias que transportam esses patógenos recém-derramados sobre o animal e o trabalhador, do mais profundo interior às cidades regionais; as crescentes redes globais de transporte (e comércio de gado) que enviam os patógenos dessas cidades para o resto do mundo em tempo recorde; as maneiras como essas redes reduzem o atrito de transmissão, selecionando para a evolução de patógenos de maior mortalidade nos animais e nas pessoas; e, entre outras imposições, a escassez de reprodução local no gado industrial, removendo a seleção natural como um serviço de ecossistemas que fornece proteção contra doenças em tempo real (e quase gratuita). (WALLACE *et al.*, 2020).

O elemento em comum a todas essas pandemias virais de nossos tempos é sua origem associada à forma predatória de intercâmbio com a natureza instituída pelo capital, que se amplia assustadoramente ao adentrar sua crise estrutural.

Conforme Wallace (2016):

O florescimento de uma variedade de novos subtipos de *influenza* capaz de infectar humanos aparece como resultado de uma globalização do modelo industrial de produção concomitante de frangos e porcos [...]. O mundo é hoje cercado de cidades com milhões de monoculturas de porcos e frangos imprensados um ao lado do outro, uma ecologia quase perfeita para a evolução de múltiplas cepas virulentas de *influenza*. (WALLACE, 2016, l. 584, tradução livre).

O biólogo evolucionista estadunidense nos mostra vários exemplos dessas epidemias, entre elas: a do H5N1 (já mencionada acima) e suas variações genéticas ativas, como a que eclodiu em 2005 na Europa e Ásia; a de SARS-Cov-1, como a que eclodiu em 2002-2003 em diversos países do mundo; e a de H1N1, espalhada a partir do México em 2009 (WALLACE, 2016).

A origem da atual pandemia de SARS-COV-2 tem as mesmas causas, em última instância, aqui apontadas por nós. De forma clara,

A premissa operacional subjacente é que a causa da Covid-19 e de outros patógenos não se encontra apenas no objeto de qualquer agente infeccioso ou em seu curso clínico, mas também no campo das relações ecossistêmicas que o capital e outras causas estruturais impediram para sua própria vantagem. A grande variedade de patógenos, representando diferentes taxonomias, hospedeiros de origem, modos de transmissão, cursos clínicos e resultados epidemiológicos, todos os indicadores que direcionam nossos olhos arregalados para os nossos motores de busca a cada surto, marcam diferentes partes e caminhos ao longo dos mesmos tipos de circuitos de uso da terra e acumulação de valor. (WALLACE *et al.*, 2020).

O sentido da produção agropecuária no capital se volta para atender à produção de mercadorias, e apenas secundariamente, porque as mercadorias precisam ser consumidas para realizar o capital, responde em algum grau à necessidade humana. Todavia, no interior de uma sociedade de classes, isso faz com que a intensificação da realização da mercadoria seja o eixo mediante o qual a produção animal se desenvolve. Esta intensificação do ciclo de realização da mercadoria, que responde à natureza autoexpansiva do capital, está na gênese das pandemias virais que acometem a humanidade contemporaneamente.

Considerando os elementos que apresentamos até este momento, podemos afirmar que a epidemia de SARS-COV-2 não é a última que a humanidade vivenciará enquanto perdurar o

sistema do capital, dada a sua característica de ser um sistema de controle sociometabólico **sem sujeito**.

Delineados os traços gerais acerca de natureza da atual crise pandêmica que vivenciamos, passamos agora à análise dos efeitos essenciais desta crise sobre o complexo da educação, mais especificamente, sobre a educação escolar.

### **A inalterabilidade da função social da educação na atual pandemia viral**

Consideramos a educação a partir de três pressupostos. Primeiro, entendemos que *a educação é exclusivamente social*, como ensina Lukács: “a educação é um processo puramente social, um formar e ser-formado puramente social” (LUKÁCS, 2013, p. 294). Em que pesem as analogias comumente construídas, especialmente pelo ativismo ambiental, o processo posto em curso pela educação não se reproduz em nenhuma outra esfera do mundo que não a social. Apenas na sociedade humana existe um complexo que se encarrega de assegurar, de forma privilegiada, a transmissão das aquisições não materiais produzidas pelos indivíduos sociais ao longo de sua história. Ao contrário do que acontece com as espécies biológicas, o homem, socialmente considerado, não pode se reproduzir enquanto indivíduo (ou enquanto espécie) sustentado apenas em suas aquisições geneticamente herdadas, como ocorre com os animais. No caso humano, é necessário que as aquisições não materiais produzidas historicamente sejam, mediante um processo ativo, transmitidas às gerações subsequentes.

Isso ocorre por duas razões. Primeiro, porque a reprodução da vida social exige que os indivíduos ajam no interior da sociedade de maneira a favorecer a continuidade social. Neste sentido, “toda sociedade reivindica certa quantidade de conhecimentos, habilidades, comportamentos etc. de seus membros” (LUKÁCS, 2013, p. 177). Para que a sociedade, seja qual for, possa se reproduzir, ela precisa que seus membros se comportem nas relações sociais e se posicionem em face das decisões alternativas que lhes são colocadas no cotidiano de maneira a favorecer a continuidade desta dada sociedade. Em segundo lugar, se da perspectiva da reprodução da sociedade a educação é uma exigência de sua continuidade, do polo da reprodução do indivíduo a educação também é um requisito exigido para a existência individual. Nenhum indivíduo social sobreviveria como membro do gênero humano se ele, em seu processo de hominização, não se apropriasse ativamente de um conjunto de normas, valores, conteúdos etc. que o habilitasse a se integrar como membro da sociedade humana e lhe garantisse meios de sobreviver materialmente em seu interior.

Isso nos leva ao nosso segundo pressuposto: **a educação é indissociável da existência humana**. O complexo social educativo não apenas esteve presente em todas as formas societárias pretéritas (inclusive nas comunidades primitivas), como não poderá haver sociedades futuras sem a sua existência. Decorre daí que a educação surge junto com o homem e com a sociedade enquanto exigência da reprodução desta última.

Essa constatação nos leva ao último pressuposto do qual partimos. O leitor percebe que, segundo nossa argumentação, há uma relação de determinação recíproca entre educação e reprodução da sociedade, isto é, não existe reprodução social sem o complexo educativo, assim como não é possível existir educação sem sociedade. Embora as proposições, se nos basearmos na lógica formal, possam sugerir uma interação de mesma intensidade entre a educação e a reprodução social, em termos ontológicos, há um **momento predominante** exercido por esta última sobre a primeira. Isso não anula o papel de determinação de processos na reprodução social exercido pela educação, todavia, a predominância da direção da ação educativa é determinada pela reprodução social. Isso ocorre porque o fundamento da reprodução social, assim como o da educação, é o trabalho. Em outras palavras, é o trabalho<sup>4</sup>, entendido como a forma humano-social de responder à necessidade biológica universal de existência, que funda a reprodução social e o conjunto de complexos sociais que a compõe, inclusive o da educação. Em última instância, **o trabalho, a base econômica da sociedade, é que detém o momento predominante na sua interação com o complexo educativo**.

Muito embora, como assinalamos acima, exista a influência e a determinação da educação, por meios extremamente mediatizados, sobre a base econômica da sociedade, isso ocorre dentro dos campos de alternativas abertas na reprodução da totalidade social possibilitada pela base econômica da sociedade. Em sentido ontológico, a função do complexo da educação “consiste em capacitá-los a reagir **adequadamente** aos acontecimentos e às situações novas e imprevisíveis que vierem a ocorrer depois em sua vida” (LUKÁCS, 2013, p. 176. Grifos nossos), visando “influenciar os homens no sentido de reagirem a novas alternativas de vida do modo **socialmente intencionado**” (LUKÁCS, 2013, p. 178. Grifos **negritos** nossos).

Desse modo, a reprodução da totalidade social, cujo fundamento é o trabalho, exige, por meio de legalidades que resultam da síntese social dos atos individuais dos sujeitos singulares, que os homens ajam e respondam às escolhas e problemas que enfrentam em sua

---

<sup>4</sup> O trabalho aqui é compreendido em termos marxianos: “O trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a Natureza [...]. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato isolado” (MARX, 1996, p. 297-298).

vida de maneira a favorecer a reprodução social. Nesse mesmo processo, os indivíduos asseguram a sua reprodução individual na medida em que agir de forma socialmente desejada pela reprodutividade social, o os torna integrantes da sociedade.

Uma vez exposto nossos pressupostos, podemos aprofundar a nossa análise<sup>5</sup>. Evidentemente, até aqui estamos falando de educação em seu sentido mais amplo. O fato, por nós já apontado, de que o complexo da educação é ineliminável da existência social, não significa negar que a própria dinâmica da reprodutividade social exija o aparecimento de formas particulares e, por isso, historicamente datadas, de educação. É exatamente isso o que ocorre com o surgimento da sociedade de classes.

Com o aparecimento da propriedade privada dos meios de produção, e conseqüentemente das classes sociais e do Estado na Antiguidade, a reprodução social passar a significar não apenas a continuidade e a reprodutividade sociais, mas também a reprodução da dominação de uma classe sobre outras. De centrada na universalidade do gênero, como era no comunismo primitivo (ainda que naquele momento o desenvolvimento do gênero humano se encontrasse, em termos objetivos, num baixíssimo grau, tendo em vista que a sociedade dava ali seus primeiros passos no tocante ao afastamento das barreiras naturais), a reprodução social passa, com a sociedade de classes, a centrar-se na particularidade da propriedade privada.

A desigualdade no plano econômico faz surgir uma diferenciação fundamental no campo da educação. Pela primeira vez, aparece a educação escolar. A **escola** é, portanto, própria das sociedades de classes, e nasce atrelada ao Estado, em decorrência da necessidade reprodutiva desse tipo de sociedade. A reprodução social das sociedades de classe exige reproduzir a desigualdade socialmente construída que a caracteriza; é para cumprir essa função necessária que a escola surge. Nesse sentido, do mesmo modo que é impossível construir a igualdade de classes numa sociedade de classes, também é impossível uma escola igual e universal para todos os indivíduos.

Na maior parte da história humana sob a sociedade de classes, o acesso ao saber formal que a escola se encarrega de transmitir era vetado às classes não dominantes. Isso ocorria porque para a reprodução social sob os modos de produção asiático, escravo e feudal não era necessário (em verdade, era impossível) ofertar educação escolar para a classe trabalhadora. Para a reprodução desses tipos sociais e para a tomada de posição dos indivíduos dessas classes no tocante às situações concretas com as quais se deparariam na dinâmica social na direção da

---

<sup>5</sup> Dada a natureza e o objetivo deste artigo, não é possível aprofundar os pressupostos apresentados. Ao leitor interessado em compreendê-los em maior profundidade, sugerimos a leitura de MACENO, Talvanes. **Educação e Reprodução Social: a perspectiva da crítica marxista**. São Paulo: Instituto Lukács, 2017.

reprodução da sociedade de classes, o saber adquirido fora do espaço escolar era o suficiente e o desejável.

Coisa diferente ocorre com o aparecimento do modo de produção capitalista. A reprodutividade da sociabilidade do capital exige o acesso à educação formal por parte da classe trabalhadora. O capitalismo é único sistema social no qual a reprodução das condições sociais de desigualdade requer que os trabalhadores tenham acesso ao saber formal oriundo da educação escolar para a sua reprodução<sup>6</sup>.

Embora a educação escolar não seja uma necessidade universal da socialidade humana, ao contrário da educação em sentido ontológico, ela é **uma necessidade universal da socialidade de classes**. Aqui chegamos à problemática que tencionamos discutir neste artigo, a saber: **se a reprodução da sociedade de classes exige a escola para a sua reprodutividade, quais as implicações, nesse campo, da “paralisação” da educação escolar em função da pandemia de coronavírus?**

Para responder a essa questão precisamos entender, ainda que minimamente, a relação estabelecida entre a educação escolar e a reprodução social da sociabilidade capitalista. Mézáros esclarece a função social da educação sob o sistema do capital, em acordo com a função ontológica da educação apontada por nós, na esteira de Lukács:

Assegurar que cada indivíduo adote como suas as metas de reprodução objetivamente possíveis do sistema. Em outras palavras, no sentido verdadeiramente amplo do termo *educação*, trata-se de uma questão de “internalização” pelos indivíduos [...] da legitimidade da posição que lhes foi atribuída na hierarquia social, juntamente com suas expectativas “adequadas” e as formas de conduta “certas”, mais ou menos explicitamente estipuladas nesse terreno. (MÉSZÁROS, 2005, p. 44. Grifo *italico* do autor).

Para além, e em conjunto com essa mediação exercida pela educação indicada acima por Mézáros, mencionamos, ainda que muito sumariamente, outras mediações fundamentais, como a formação técnico-profissional a fim de suprir as necessidades de força de trabalho para o exército industrial do sistema produtivo do capital, para o setor de serviço, para a burocracia estatal, para as funções de controle sobre o trabalho, para atividades de gestão e controle exercidas pelas personificações do capital etc. Todavia, como a demanda de força de trabalho, mesmo considerando o exército industrial de reserva, é infinitamente inferior à oferta presente no atual contexto de desemprego crônico, tem-se, aliada à formação técnico-profissional, a

<sup>6</sup> Evidentemente, isso não significa que esse processo tenha se dado de forma universal, isento de contradições, de avanços e recuos, e de lutas de classes. Nem significa que este acesso se dê de forma igualitária. No âmbito da educação escolar nenhuma igualdade é possível.

disseminação de uma educação escolar que prepara os indivíduos para o desemprego crônico, ajustando-os ideologicamente a uma suposta normalidade dessa condição, induzindo-os à culpabilização acerca de sua condição de desempregados e estimulando a busca de formas “alternativas” de sobrevivência material, sempre segundo os parâmetros estabelecidos pela ordem vigente.

Outra dimensão fundamental da função social da educação na reprodução capitalista refere-se à sua dimensão mercadológica. A escola no capitalismo, além de ser um complexo social que se orienta para influir sobre as decisões alternativas dos sujeitos individuais na direção da reprodução social, também, como quase tudo sob o capital, constitui mercadoria. Quanto mais o sistema do capital se desenvolve, mais o caráter mercadológico da educação escolar aumenta, assim como, em termos quantitativos, amplia-se o acesso da classe trabalhadora à escola.

O grau de mercadorização da educação escolar atingido contemporaneamente é facilmente verificado na existência dos grandes grupos educacionais, suas fusões e negociação nas principais bolsas de valores do mundo. Isso demonstra a importância desse setor na valorização da mais-valia, mas também na produção dela. Isto porque, articulada a essa mercadoria-serviço, encontra-se a produção de mercadorias materialmente tangíveis, oriundas da transformação socialmente orientada da natureza. Tais mercadorias vão de itens imediatamente pedagógicos (como livros, mídias, utilitários tecnológicos, materiais didáticos etc.) a produtos não relacionados diretamente à atividade pedagógica escolar (como instalações prediais, insumos, bens de consumo etc.).

Outra face da mercadorização digna de nota é a presença do Estado nesse processo. Ainda que ele se mantenha presente na oferta pública e gratuita de educação escolar (em alguns Estados Nacionais mais que em outros), e em alguns casos amplie a oferta de vagas (mesmo que em proporção bem menor que o crescimento do setor privado), a ampliação da mercadorização no interior da educação estatal se processa por meio do direcionamento da formação e das pesquisas para as necessidades do mercado, pela criação de parcerias público-privadas, pelo financiamento público das instituições privadas e pelo estímulo à valorização e produção de mais-valia mediante as compras de materiais e pacotes pedagógicos no mercado educacional mundial.

Ainda antes das respostas à problemática por nós levantada, cabe esclarecer que a paralisação das atividades escolares durante a atual crise pandêmica é parcial. No caso brasileiro, que aqui serve de exemplo médio das respostas adotadas pelos diversos Estados

Nacionais afetados por essa crise sanitária, verificamos que a paralisação das atividades educativas escolares é mais presente no setor público e, dentro dele, no nível superior. Quanto à iniciativa privada do mercado escolar, já nos primeiros momentos da pandemia, esse setor transferiu suas atividades para atividades remotas: para a modalidade EAD. Num processo mais lento, a mesma transferência tem sido realizada no ensino público, sendo a educação básica mais proeminente nesse movimento. Portanto, a mediação exercida pela educação escolar na reprodução social não foi paralisada totalmente.

Ainda que todas as atividades escolares fossem paralisadas integralmente durante todo o tempo de duração da quarentena em que vivenciamos os efeitos dessa crise pandêmica, o processo mediativo realizado pela educação continuaria a se manifestar por um longo período, sobretudo naquilo que é essencial, isto é, fazer com que os indivíduos ajam na dinâmica social de maneira a favorecer a reprodução da sociedade capitalista. Isto porque é da própria natureza da educação a existência de um descompasso entre a preparação que ela realiza sobre os indivíduos com vistas à tomada de posições futuras por parte deles e as situações concretas com as quais eles se defrontarão.

Conforme Lukács (2013):

Assim sendo, a problemática da educação remete ao problema sobre o qual está fundada: sua essência consiste em influenciar os homens no sentido de reagirem a novas alternativas de vida do modo socialmente intencionado. O fato de essa intenção se realizar – **parcialmente** – de modo ininterrupto ajuda a manter a continuidade na mudança da reprodução do ser social; que ela, a longo prazo, **fracasse – parcialmente** – de modo igualmente **ininterrupto** constitui o reflexo psíquico não só do fato de essa reprodução se efetuar de modo desigual, de ela produzir constantemente momentos novos e contraditórios para os quais a educação mais consciente possível de seus fins só consegue preparar insatisfatoriamente, mas também do fato de que, nesses momentos novos, ganha expressão – de modo desigual e contraditório – o desenvolvimento objetivo em que o ser social se eleva a um patamar superior em sua reprodução. (LUKÁCS, 2013, p. 178. Grifos **negritos** nossos.).

A educação parcialmente sempre fracassa, já que é impossível uma preparação integral, pois os momentos novos futuros são sempre mais ricos, dinâmicos e complexos do que é possível antecipar.

Outra questão é que a educação escolar é apenas uma das formas pela qual o complexo educativo opera. Apesar de a escola ser uma forma privilegiada de educação sob o capitalismo, tanto para a reprodução do indivíduo quanto para a reprodução da sociedade, ela não é a única, e tampouco a mais universalmente presente na totalidade social. Além de outras formas de educação em **sentido estrito** não escolares – tais como cursos de formação política e atividades formativas ligadas a organizações autenticamente colocadas sob a ótica do trabalho –, o

complexo social educativo é também integrado por uma educação em **sentido lato**. De acordo com Lukács, “a educação no sentido mais amplo – de muitos modos, espontânea – obviamente desempenha um papel no mínimo equivalente ao da educação no sentido mais estrito” (LUKÁCS, 2013, p. 177).

Assim, não será uma paralisia parcial da educação escolar sob as circunstâncias da pandemia de coronavírus que irá interromper a função mediativa que ela exerce na reprodução da sociedade. A própria transferência das atividades presenciais para o modelo EAD evidencia como a escola se adapta para continuar a exercer a sua funcionalidade social. A escola e a sociedade capitalista são inseparáveis.

Todavia, isso não significa que a paralisia parcial das atividades escolares não traga inconvenientes às necessidades do capital; é justamente por trazê-los que as estratégias de romper a quarentena são impulsionadas. É que no sistema do capital a necessidade do capital se sobrepõe às necessidades humanas. Em outras palavras, mesmo reconhecendo todos os riscos que o retorno das atividades escolares pode trazer ao gênero humano, do ponto de vista da intensificação dos efeitos nocivos da pandemia, o capital propõe formas de retorno não porque a humanidade não possa prescindir da escola, mas porque a reprodução dela é necessária para realizar a sua função de “internalização” da perspectiva burguesa de mundo, para formar técnica e profissionalmente os tipos sociais indispensáveis ao seu sistema, para ajustar ideologicamente os indivíduos à situação de desemprego crônico e para valorizar e reproduzir mais-valia via mercadorização da educação.

Nenhuma sociedade que tivesse como eixo norteador as autênticas necessidades humanas iria submeter o gênero humano a riscos epidêmicos, ainda que fossem mínimos, se tais submissões pudessem ser evitadas, como é o caso das atividades escolares. Apenas numa sociedade cujo fundamento é a reprodução autoexpansiva do capital a vida genérica subjugase-se à necessidade do capital.

O fundamento da reprodução social capitalista é o trabalho alienado e a conseqüente reprodução, sempre ampliada, do capital que dele se origina. Por isso, mesmo diante de uma tragédia pandêmica, sua lógica não pode ser refreada. Isso implica que a educação, nos seus aspectos ideológico e mercadológico, deve manter-se em atividade, mesmo com as implicações humanas que provoca.

Como o horizonte da finalidade da educação sob o capital não é o acesso irrestrito, universal e amplo aos conteúdos produzidos pela humanidade ao longo de sua travessia histórica, reordenações e ajustes de formas e meios de educação escolar, em função da

pandemia de coronavírus, são postos em práticas, mesmo que resultem em mais exclusão de acesso, mais rebaixamento de conteúdos e mais mercadorização.

## REFERÊNCIAS

KOLATA, G. **Flu**: the story of the great influenza pandemic of 1918 and the search for the virus that caused it. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2000. Edição Kindle.

MARX, K. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. **O capital**. Livro I, Vol. I. São Paulo, Nova Cultural, 1996.

MÉSZÁROS, I. **Educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo, Boitempo, 2013.

WALLACE, R. **Big Farms make big flu**: Dispatches on infectious disease, agribusiness, and the nature of Science. New York: Monthly Review Press, 2016. Edição Kindle.

WALLACE, R. *et al.* **A covid-19 e os circuitos do capital**. Esquerda Diário, 2020. Disponível em: <http://www.esquerdadiario.com.br/O-COVID-19-e-os-circuitos-do-capital>. Acesso em: 20 jul. 2020.

WALLACE, R. *et al.* **COVID-19 and Circuits of Capital**. Monthly Review, 2020. Disponível em: <https://monthlyreview.org/2020/05/01/covid-19-and-circuits-of-capital/>. Acesso em: 20 jul. 2020.